

Compras Suporte

De: felipe.lacerda@beecorp.com.br
Enviado em: quarta-feira, 28 de agosto de 2024 14:23
Para: Compras Suporte
Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL NACIONAL - NC-0071/2008

Prezados, boa tarde.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Razões da impugnação:

Objeto da Impugnação: Clausula 1.4.2 b) e Aditamento nº 1 do Edital NF 0788-24

O aditamento nº 1 alterou o CBC e alterou o Atestado de Capacidade Técnica, passando de 500 para 200 funcionários.

Vale destacar que o Edital NF 2092-18 exigia atestado de capacidade técnica para 500 funcionários e que o escopo do Edital NF 0788-24 é inclusive mais amplo do que o do certame anterior.

Nessa linha, a Itaipu conta atualmente com 1.200 funcionários do lado brasileiro (Fonte: www.itaipu.gov.br), que serão beneficiados com os serviços ora licitados, sendo que o atestado de capacidade técnica para 200 funcionários não reflete a real demanda do objeto licitado.

Em resposta à consulta formulada e que deu origem ao Aditamento 3, a Itaipu justificou que:

“o objetivo da alteração foi adequar o atestado aos requisitos mínimos necessários para a contratação de uma empresa com capacidade para prestar satisfatoriamente os serviços, promovendo a ampliação da disputa, e por consequência, a obtenção de uma melhor proposta à ITAIPU.

Neste sentido, o quantitativo atualizado visa adequar o atestado de capacidade técnica a frequência dos empregados que participam regularmente dos programas de Qualidade de Vida, Ginástica Laboral e atividades físicas, no histórico dos últimos 5 (cinco) anos.”

Porém, a exigência de atestado de capacidade técnica por ter prestado os serviços de QVT para 200 funcionários não guarda correlação com o volume e complexidade do objeto licitado.

Sobre o tema, vale destacar a Súmula 263 do TCU:

“Súmula TCU 263 “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e **valor significativo do objeto a ser contratado**, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, **devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.**”

Servindo aqui como viés hermenêutico e interpretativo, o Tribunal de Contas da União tem posicionamento segundo o qual **deve haver um juízo de equilíbrio entre o aumento da competitividade no certame e a segurança e correlação técnica que o atestado objetiva demonstrar.**

Como cediço, o atestado de capacidade técnica visa à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Ora, pelo simples argumento de “ampliação da disputa” melhor então seria a Itaipu não exigir atestado de capacidade técnica algum, não é mesmo? Assim possibilitaria que ainda mais empresas participassem da disputa.

Porém tal situação geraria desdobramentos na outra ponta: a qualidade do serviço prestado e a segurança jurídica, com o risco real de uma Empresa do porte da Itaipu Binacional firmar contrato com um licitante que não possui experiência ou estrutura para atender a demanda da licitação.

Se por um lado a NGL da Itaipu fala em competitividade, também exige-se a) legalidade; b) proporcionalidade; c) eficiência, o que deve ressoar no atestado de capacidade técnica.

Exatamente por isso que **o atestado de capacidade técnica deve guardar correlação com o volume do objeto licitado**. Ante a complexidade do empreendimento e a natureza indissociável dos serviços que correspondem à parcela de maior relevância da contratação, o atestado de capacidade técnica deveria refletir ao menos 50% do volume do objeto licitado, conforme precedentes do TCU: Acórdão 1.284/2003 - Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, publicado no DOU de 15/09/2003.

Assim, considerando que o programa de QVT abrange todos os 1.200 funcionários da Itaipu, o atestado de capacidade técnica de 500 funcionários, redação originária da Clausula 1.4.2 b) é muito mais condizente com o volume da contratação. Ao revés, após o Aditamento nº 01, **o atestado de 200 funcionários, menos de 20% do escopo da Itaipu, mostra-se irrisório e desconectado do volume e tamanho da licitação promovida**.

Nesse sentido, também não prospera a alegação de que a redução do quantitativo do atestado de capacidade se dá para garantir maior competitividade no certame, haja vista que **a “exigência relativa à “capacidade técnica” não frustra o caráter competitivo da licitação, mas, ao contrário, se justifica porque é indispensável que o licitante comprove ter aptidão para a execução de atividade compatível com o objeto licitado.”** (Precedentes do Tribunal de Justiça MG - AC: 10440170019721001 MG, Relator: Edilson Olímpio Fernandes, Data de Julgamento: 02/04/2019, Data de Publicação: 12/04/2019)

Conforme Marçal Justen Filho, o atestado de capacidade técnica deve assegurar a segurança quanto à idoneidade dos licitantes. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - 9 ed. - São Paulo: Dialética, 2002, p. 313.). Assim, a ITAIPU tem o dever de analisar a qualificação técnica dos licitantes, para verificar conhecimento, experiência e corpo técnico suficiente para satisfação do contrato a ser firmado, o que não ocorre diante de um atestado de capacidade técnica de 200 funcionários face a uma empresa com mais de 1.200 funcionários.

O comportamento da Itaipu é contraditório: se na licitação de 2018, na qual foi exigido atestado de capacidade técnica de 500 funcionários, a empresa vencedora, que comprovou tal capacidade, está sendo sumariamente punida ao ponto da Itaipu justificar uma indevida aplicação de suspensão cadastral, como justificar que a redução do atestado de capacidade técnica, com possível impacto na contratação de uma empresa menor e menos experiente, trará mais segurança e qualidade para os serviços prestados neste novo certame?

O argumento de aumento da competitividade não pode servir para possibilitar a participação de licitantes que não tem expertise ou estrutura para prestar serviços a Empresa com o nível de exigência e tamanho da Itaipu.

Razão pela qual requer seja julgada procedente esta Impugnação ao Edital, para afastar o Aditamento nº 01 na parte em que reduziu o atestado de capacidade técnica de 500 para 200 funcionários, retomando a redação originária da Clausula 1.4.2 b) do CBC da NF 0788-24.

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO



Felipe Lacerda

CEO

(11) 2495-8252

(31) 99785-9135

www.beecorp.com.br